



Tempos e contratempos da hegemonia – Gramsci, Cox e as Relações Internacionais na prisão da Ciência Política¹

Times and counter-times of hegemon – Gramsci, Cox and International Relations in the prison of Political Science

Tiempos y contratempos de la hegemonia – Gramsci, Cox y las Relaciones Internacionales en la prisión de la Ciencia Política

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n4pX-X

Recebido em: 31 de janeiro de 2021
Aprovado em: 24 de março de 2023

Resumo

O texto se propõe a responder sumariamente à seguinte questão: como contrapor sumariamente duas leituras sobre Gramsci no âmbito das Relações Internacionais, a saber, aquela confinada às abordagens tradicionais da Ciência Política e outra em termos de uma perspectiva mais ampla fora de tal confinamento? A hipótese aponta para uma relação bastante prolífica de abordagem da dinâmica histórica que concebe organicamente os planos nacional e internacional sob a associação das chaves analíticas das categorias de hegemonia e revolução passiva de Gramsci e de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky nas diferentes temporalidades da produção da vida por oposição ao aprisionamento de grande ênfase na Ciência Política em conformidade com os enfoques tradicionais das Relações Internacionais em registro homogêneo, coeso, sem diferentes velocidades no que diz respeito às dimensões da vida como um todo. Para dar conta do argumento, o objetivo do texto é demonstrar sumariamente que: a) a maior parte da literatura que tangencia a categoria gramsciana de hegemonia no plano internacional a desvincula do nexos orgânico entre filosofia, história e política ao situá-la nos referenciais tradicionais do campo disciplinar das Relações Internacionais na “prisão da Ciência Política”; b) o nexos orgânico entre nacional e internacional da categoria em pauta implica em significativo contratempo entre estes dois níveis sobre o alcance da transformação histórica, especialmente quando Gramsci refere às hegemonias plenas, completas; c) a articulação entre nacional e internacional do sentido recorrente de hegemonias incompletas como hipóteses de revoluções passivas pode ser enriquecido com o aporte da categoria de desenvolvimento desigual e combinado.

Palavras-chave: Hegemonia. Revolução passiva. Desenvolvimento desigual e combinado.

1 Uma versão prévia e mais sumária deste texto foi apresentada no II Colóquio da International Gramsci Society Brasil e no Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo, ambos em 2017 e no IX Colóquio Internacional Marx Engels do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp em 2018 (Passos, 2017 e 2018). Elementos da pesquisa de pós-doutorado e seu relatório final (Passos, 2016) desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp entre 2014 e 2016, supervisionada pelo Doutor Eduardo Barros Mariutti e financiada pelo CNPq (processo 167629/2013-1) foram contemplados neste texto.

2 Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Marília. Bolsista-Produtividade do CNPq nível 2.

Abstract

The text proposes to answer summarily the following question: how is it possible to counter summarily two readings on Gramsci in the field of International Relations, that confined to the traditional approaches of Political Science and another in terms of a broader perspective outside of such confinement? The hypothesis points to a very prolific relationship of approach of the historical dynamics that organically conceives the national and international plans under the association of the analytical keys of Gramscian categories of hegemony and passive revolution with Trotsky's uneven and combined development in the different temporalities of the production of life as opposed to the imprisonment of great emphasis on Political Science in accordance with the traditional approaches of International Relations in homogeneous, cohesive record, without different speeds with regard to the dimensions of life as a whole. In order to give account of the argument, the objective of the text is to demonstrate summarily that: a) most of the literature that tangents to the Gramscian category of hegemony at the international level unties the organic nexus between philosophy, history and politics in the traditional references of the disciplinary field of International Relations in the "prison of Political Science"; b) the organic link between national and international of the category in question implies a significant counter-time between these two levels on the scope of historical transformation, especially when Gramsci refers to the complete hegemonies; c) the articulation between national and international of the recurrent sense of incomplete hegemonies as hypotheses of passive revolutions can be enriched with the contribution of the unequal and combined development.

Keywords: *Hegemony. Passive Revolution. Uneven and Combined Development.*

Resumen

El texto se propone responder brevemente a la siguiente pregunta: como contrapunto sumariamente dos lecturas sobre Gramsci en el ámbito de las relaciones internacionales, a saber, ¿se limita a los enfoques tradicionales de la ciencia política y otra en términos de una perspectiva más amplia fuera de tal confinamiento? La hipótesis apunta a una relación bastante prolífica de enfoque de la dinámica histórica que concibe orgánicamente los planes nacional e internacional bajo la asociación de las claves analíticas de las categorías de hegemonía y revolución pasiva de Gramsci y de desarrollo desigual y combinado de Trotsky en las diferentes temporalidades de la producción de la vida por oposición al aprisionamiento de gran énfasis en la Ciencia Política en conformidad con los enfoques tradicionales de las Relaciones Internacionales en registro homogéneo, cohesivo, sin diferentes velocidades con respecto a las dimensiones de la vida en su conjunto. Para dar cuenta del argumento, el objetivo del texto es demostrar sumariamente que: a) la mayor parte de la literatura que tangencia la categoría gramsciana de hegemonía en el plano internacional la desvincula del nexo orgánico entre filosofía, historia y política al situarLa nos referenciales tradicionales del campo disciplinario de las Relaciones Internacionales en la "prisión de la Ciencia Política"; b) el nexo orgánico entre nacional e internacional de la categoría en arancel implica un importante contratiempo entre estos dos niveles sobre el alcance de la transformación histórica, especialmente cuando Gramsci refiere a las hegemonías plenas, completas; c) la articulación entre nacional e internacional del sentido recurrente de hegemonías incompletas como hipótesis de revoluciones pasivas puede enriquecerse con el aporte de la categoría de desarrollo desigual y combinado.

Palabras clave: *Hegemonía, Revolución pasiva. Desarrollo desigual y combinado.*

Introdução

O objetivo do texto é demonstrar sumariamente que: a) a maior parte da literatura que tangencia a categoria gramsciana de hegemonia no plano internacional a desvincula do nexos orgânico entre filosofia, história e política ao situá-la nos referenciais tradicionais do campo disciplinar das Relações Internacionais na “prisão da Ciência Política”; b) o nexos orgânico entre nacional e internacional da categoria em pauta implica em significativo contratempo entre estes dois níveis sobre o alcance da transformação histórica, especialmente quando Gramsci refere às hegemônias plenas, completas; c) a articulação entre nacional e internacional do sentido recorrente de hegemônias incompletas como hipóteses de revoluções passivas pode ser enriquecido com o aporte da categoria de desenvolvimento desigual e combinado.

Este texto tem como ponto de partida as metáforas sobre a presença na prisão formuladas por Alvaro Bianchi (2008) e Justin Rosenberg (2016).

Rosenberg reflete sobre o confinamento disciplinar das Relações Internacionais no âmbito da Ciência Política. Neste sentido, não somente se privilegia no referido campo disciplinar o enfoque político enfatizando uma perspectiva simplificada – prescindindo-se dos conflitos entre grupos, classes, elites e suas respectivas frações e de outras ocorrências no interior das unidades políticas - focada nas relações políticas interestatais, como também toda uma narrativa da história dos eventos baseada em conceitos de ênfase política com uma lógica mecânica, repetitiva de uma mesma essência e um único grande padrão. Exemplificariam tal argumento o equilíbrio de poder³ e sua

ruptura que marcariam de forma repetitiva os grandes conflitos mundiais e a anarquia internacional como nomenclatura que pautaria a condição perene inerente e historicamente competitiva envolvendo indivíduos, outros agentes e Estados.

No que concerne à metáfora de Bianchi, enuncia-se “a segunda prisão” de Gramsci. Não bastasse o cárcere fascista que marcou de forma definitiva e dramática a trajetória e a obra de Gramsci, seu legado se viu novamente aprisionado pela posterior “mutilação” que seu pensamento sofreu a partir das edições temáticas e antologias que ficaram muito longe do teor expresso nos seus cadernos prisionais, perfazendo inclusive uma conotação stalinista de seu texto, além de outras interpretações. Alternativamente a isto e em poucas palavras, Bianchi propõe uma atenção em termos filológicos com a obra de Gramsci, bem como o cuidado com a forma como a produção dos cadernos foi implementada, fragmentária e assistematicamente com escrita e reescritas em alguns casos, como nos aponta a edição crítica italiana (Gramsci, 1977). Trata-se de uma importante ressalva considerando que as edições em língua inglesa do mundo anglo-saxônico dos cadernos carcerários são desdobramentos indiretos de toda a mutilação empreendida ao pensamento de Gramsci desde as primeiras publicações parciais e supostamente sistemáticas efetuadas no imediato pós-guerra na Itália. Os ritmos próprios da escrita fragmentária, incompleta e assistemática de Gramsci na prisão passam longe do perfil de tais edições do mundo anglo-saxônico, muitas das quais motivaram as interpretações hegemônicas de Gramsci em tela nesta reflexão para as Relações Internacionais.

Dentre as muitas interpretações e aplicações de seu pensamento, aquelas apresentadas no campo disciplinar das Relações Internacionais, principalmente desde os anos 1980, colocaram o comunista italiano na “paróquia” intelectual e na prisão desta área, marcadamen-

3 O próprio Rosenberg sugeriu uma proposta alternativa e de contraponto a esta narrativa das Relações Internacionais com foco no desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (Rosenberg, 1996).

te associada à Ciência Política tradicional e de origem anglo-saxônica, confinando mais uma vez o autor sardo a mais uma limitação que não condiz com uma visão mais ampla de sua *opera*.

De forma alternativa, buscar-se-á neste texto focar sumariamente em um dos aspectos acima enunciados, a saber, a forma como a abordagem tradicional das Relações Internacionais incide com um viés de corte enfático na Ciência Política, com repercussões nas aplicações ditas gramscianas de maior impacto na literatura internacional, por oposição a outras possibilidades de uso do categorial do comunista sardo em consonância com uma perspectiva mais afim à totalidade marxiana na própria acepção do comunista sardo: com a unidade entre filosofia, história e política no tocante a possibilidades analíticas com diferentes ritmos de desenvolvimento das particularidades históricas, ponto que pode ser bastante desenvolvido com o aporte da categoria gramsciana de revolução passiva, o que implica nas diferentes temporalidades da hegemonia em termos completos ou não⁴. Tal

4 Gramsci não menciona em sua obra a noção marxiana de totalidade. Algo aproximável à totalidade seria o processo de unidade e distinção que ele denomina identidade entre história, filosofia e política no ensejo de que toda história é contemporânea. Isto é, possui um nexos com os contextos históricos mais amplos das interpretações dos autores e dos significados envolvidos e com os conflitos sociais e políticos ocorrentes - e não pode ser alheia à política, à ideologia (Gramsci, 1977: Q11, p. 1363-1509). Neste sentido, história e filosofia formam um bloco, um bloco histórico como uma unidade entre a superestrutura (a consciência social e a base coercitiva e jurídica do Estado) e a estrutura (a base material de produção da vida em todas as suas dimensões). Este bloco é um todo que se assemelha à noção marxiana de formação econômico-social e é uma ressignificação gramsciana da categoria “bloco de imagens históricas” de Georges Sorel. Ver a respeito Galastri, 2015. O bloco histórico gramsciano não é, como aponta uma enorme literatura dita gramsciana ou neogramsciana (Cox, 1981, 1983, 1987, 1999a; Gill, 1992; Murphy, 1994; Rupert, 1995) ou mesmo de comentadores italianos (Rossi, 1972; Masella, 1979), um bloco de poder de classes e estratos dominantes e dirigentes em um determinado contexto.

recurso, como ver-se-á a seguir, pode ser associado nas análises à categoria de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (1977).

Assim, a questão central que norteia este texto é: como entender sumariamente leituras sobre Gramsci no âmbito das Relações Internacionais que o confinam às abordagens tradicionais da Ciência Política e que buscam relacioná-lo a uma perspectiva mais ampla fora de tal confinamento? A hipótese central que orienta uma sumária apresentação a ser desenvolvida aqui aponta para uma relação bastante prolífica de abordagem da dinâmica histórica que concebe organicamente os planos nacional e internacional sob a associação das chaves analíticas das categorias de hegemonia e revolução passiva de Gramsci e de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky nas diferentes temporalidades da produção da vida por oposição ao aprisionamento de bastante ênfase na Ciência Política em conformidade com os enfoques tradicionais das Relações Internacionais em registro homogêneo, coeso, sem diferentes tempos no que diz respeito às produções da vida como um todo.

O texto consiste em: uma elaboração gramsciana em termos de algumas formulações gramscianas do cárcere (Gramsci, 1977), uma rápida visita ao “presídio” da leitura hegemônica liberal de Gramsci por Cox (1981 e 1999a) e por fim algumas interpretações que potencializam o legado gramsciano fora das amarras mencionadas (Morton, 2007 e 2011; Allinson e Anievas, 2010; Thomas, 2015; Bieler e Morton, 2021).

Em termos de metodologia (com “m” minúsculo), este texto busca apresentar sumariamente a perspectiva gramsciana nos cadernos carcerários no tocante à Ciência Política e às Relações Internacionais, buscando contextuali-

zar tais textos minimamente a partir da datação da escrita e das suas cartas carcerárias com o aporte de bibliografia secundária pertinente e acurada. Em termos da Metodologia (com “M” maiúsculo), isto é, em termos das consequências teóricas e analíticas a partir do referencial adotado, entende-se que o pressuposto gramsciano se aproxima de alguma forma com a totalidade – termo marxiano não citado na obra gramsciana – como perspectiva de unidade dialética de suas noções historicamente situadas. Por outras palavras, a unidade entre história, filosofia e política e o historicismo absoluto referidos na obra gramsciana que permite situar as categorias em termos de seu dinamismo histórico e de conflitos.

Gramsci, a Ciência Política e as Relações Internacionais nos cadernos carcerários

Aproveitando tal ensejo e retomando a perspectiva de Rosenberg, ela tangencia as Relações Internacionais e seu confinamento disciplinar na Ciência Política praticamente desde a sua inicial institucionalização nas universidades⁵, na qual ela recebe contribuições de outros campos de conhecimento, como a de gênero, originária da Antropologia⁶, a Geopolítica originária da Geografia, a perspectiva pós-colonial da Literatura. Todavia, não há caminho de mão dupla ou de volta para as Relações Internacio-

nais a partir dos campos mencionados. Um marco inicial importante foi o trabalho teórico de Carr (2001). Rosenberg destaca o fato de Carr ter situado a política internacional como uma área incipiente do ponto de vista epistemológico, desdobrando disto situá-la dentro da Ciência Política e em algumas de suas conceituações elementares consagradas. Destaca-se a identificação de uma questão nevrálgica generalizável e recorrente nas suas distintas teorias: o papel dos grupos humanos de defesa frente às ameaças e de regulação das atividades como um todo, argumento semelhante à condição da anarquia como dado perene que se opõe ao domínio do Estado não existente no além-fronteiras mas presente no plano interno. Daqui se desdobra uma ontologia da Ciência Política *per se* focada no poder político para as Relações Internacionais e não o inverso, ou seja, uma contribuição de outras áreas para este campo disciplinar. Tal ontologia opera na lógica da ausência da autoridade internacional centralizada, componente que se tornou um cânone da área em quase todas as suas abordagens, desdobrando-se como um conceito central. A centralidade do Estado, de sua soberania e das relações políticas e de suas dimensões de poder, em que tudo se torna epifenômeno da política resultado em um claro “politicismo” ou um determinismo politicista, por assim dizer. Neste esteio desta identificação, um dos resultados foi a localização majoritária dos cursos de Relações Internacionais nos departamentos de Ciência Política.

Rosenberg sustenta como alternativa a todos os aspectos da “prisão na Ciência Política” a abordagem do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (1977). Originalmente elaborada pelo revolucionário para abordar a peculiaridade russa em termos de sua tota-

5 Ocorrida inicialmente em 1919 na Universidade de Gales em Aberystwyth com a cátedra Woodrow Wilson e posteriormente em universidades dos Estados Unidos e Grã-Bretanha com iniciativas semelhantes (Mariutti, 2013).

6 Entretanto, é importante ressaltar que as contribuições de gênero nas Relações Internacionais parecem se concentrar em subáreas ligadas à Ciência Política, como a Segurança Internacional e não em outras ligadas às Ciências Sociais e Humanidades.

lidade histórica situada nos âmbitos nacional e global, o ponto de partida de sua reflexão toma os antecedentes mais imediatos da Rússia na coexistência de alguns centros urbanos desenvolvidos e industrializados simultaneamente a uma vastidão rural e atrasada. Ao mesmo tempo, contextualiza as pressões que os países ideológica e economicamente mais avançados exercem sobre os menos desenvolvidos – como a própria Rússia –, que as assimilam de forma não linear e mecânica em diferentes ritmos, tempos de transformação das inúmeras dimensões da vida social. É possível desdobrar disto que, a despeito da totalidade histórica nacional e global, as transformações como um todo estão longe de serem homogêneas e dotadas de um único padrão.

Assim, não se pode definir as sociedades políticas, os Estados e as coletividades humanas de uma forma única. Tampouco existe um único padrão de relações políticas ou uma única abordagem focada na Ciência Política. Desdobrando-se da categoria de Trotsky, o que efetivamente ocorre é a constatação da existência humana múltipla e não unitária, a coexistência de múltiplas sociedades e fenômenos, a diferença de tempos e linearidades, diversas interações, combinações e não somente aquelas políticas, a combinação entre o plano internacional e o nível interno dos Estados. Também a mudança dialética se insere nesta caracterização em face das inúmeras transformações históricas em termos da ciência, da técnica etc. envolvendo processos indiretos de comunicações e comércio entre os assim chamados oriente e ocidente (Rosenberg, 2016).

Pertinentemente, pode-se perguntar: o que justifica a aproximação de categorias de Trotsky daquelas de Gramsci? Como sustentar tal linha de raciocínio considerando a óbvia

ressalva de que seus marxismos possuem diferenças e peculiaridades? Alguns argumentos serão elencados ao longo desta reflexão.

Em linha de raciocínio semelhante com a categoria de desenvolvimento desigual e combinado, Gramsci apresentou o capitalismo como fenômeno global com graus de desenvolvimento distintos (Gramsci apud Morton, 2007: p.1). Desta formulação desdobram-se importantíssimas consequências para o argumento a ser defendido sobre tempos e contratempos da hegemonia, como poder-se-á ver abaixo.

A linha de raciocínio na acepção gramsciana ora apresentada vislumbra que uma separação entre a política e outros campos de conhecimento é aceitável apenas metodologicamente. Complementa esta hipótese que uma aparente ênfase política é apenas o fio condutor para uma abordagem sem determinismos ou ênfases unidimensionais. Dito isto, afirma-se assim também a unidade orgânica entre os planos nacional e internacional, passíveis de serem assim entendidos somente em uma leitura que resgate a unidade entre a história e outros campos disciplinares referidos sob a chave da revolução passiva. Tal categoria seria entendida em unidade orgânica com a hegemonia e como uma das suas variantes históricas, o que vislumbra também a ausência de homogeneidade no uso desta noção. Em outras palavras, a prisão metodológica da Ciência Política à qual confinaram Gramsci e as Relações Internacionais vislumbra principalmente o Estado e seus pares, partindo do pressuposto deveras simplificador de que unidades políticas soberanas são homogeneamente iguais em termos de sua independência (ainda que assimétricos entre si em termos de capacidades ou poder de natureza econômica, militar, etc.) sob o véu mistificador da “autonomia da política”, acobertando ou re-

duzindo todas as outras causalidades a meros epifenômenos da própria política. Em uma palavra, o conhecido modelo da “bola de bilhar” que matiza uma igualdade na soberania entre os Estados, seu caráter coeso, maciço, homogêneo, sem conflitos e cisões internas. Histórica e particular no conjunto de suas manifestações na unidade dos processos históricos, de forma diversa, a hegemonia remete metodologicamente neste texto à perspectiva da “tradução” (Gramsci, 1977: pp. 469, 849, 1468). Trata-se de uma noção metodológica central, que implica em uma verdadeira e rica ressignificação do conceito de hegemonia – dentre outros –, com cada manifestação em sua própria temporalidade sem perder completamente aspectos do significado original, ponto que somente a filosofia da práxis – termo utilizado por Gramsci para se referir ao materialismo histórico - possibilita, conforme o dizer gramsciano. Por outras palavras, a hegemonia tem necessariamente um lastro histórico em termos de totalidade que permite uma definição peculiar, um novo significado adequado a cada especificidade histórica, a despeito de alguns elementos gerais de sua caracterização.

Abordemos o caso de Gramsci. A aversão mostrada pela Ciência Política que lhe é contemporânea diz respeito àquela abordagem positivista de autores como Mosca e Michels, a quem Gramsci refere um interesse específico – para citar um único exemplo - em carta datada de 9 de janeiro de 1928 (Gramsci, 1973: p. 150). Escrevendo a respeito de Michels e dando ensejo a uma reflexão sobre as Relações Internacionais, a crítica de Gramsci (1977: Q13, §2 p. 1562)⁷ se dirige àqueles elementos empíricos

de observação imediata descontextualizados da história e de uma perspectiva mais ampla. A alternativa gramsciana é posta de imediato: inserir tais elementos na perspectiva das várias possibilidades das relações de força, tomando como partida as mesmas relações de força internacionais e depois as relações sociais, isto é, os sistemas hegemônicos de forças no interior dos Estados, o desenvolvimento das forças de produção da vida e as relações militares.

Neste mesmo esteio, conforme argumenta Carlos Nelson Coutinho (2007: pp. 93 e 101), o papel desempenhado pela política na obra de Gramsci se assemelha àquele da economia na obra de Marx. Trata-se de um fio condutor, um elemento mediador para a consecução analítica da totalidade e não um reducionismo ou um determinismo unidimensional.

As referidas relações de força na carta carcerária mencionada acima dizem respeito a uma das mais importantes (Cospito, 2016), senão a mais importante formulação dos cadernos carcerários gramscianos (Gramsci, 1977: p. 1578-1589, Q13, §17), escrita provavelmente entre maio de 1932 e janeiro de 1934 (Francioni, 1984: p. 144), continuando a temática da mencionada carta de 9 de janeiro de 1928. *Grosso modo*, elas dizem respeito a uma metodologia histórica, no dizer gramsciano, que busca situar as análises das transformações históricas de uma forma holista partindo da premissa marxiana de que não se inaugura uma nova formação econômico-social antes do esgotamento de todas as contradições, forças produtivas e formas de produção da vida que lhe precede. Desdobram-se daí complexas e abrangentes elaborações de Gramsci que incidem sobre a avaliação dos processos históricos e seus nexos com a hegemonia. Neste tema, Gramsci prioriza como elemento mais importante para uma

⁷ Nas referências sobre Gramsci da edição crítica italiana, o número do caderno carcerário é precedido por “Q” e o parágrafo específico de sua redação por “§”.

grande transformação histórica a existência de uma profunda e radical vontade popular transformadora conjugada a uma perspectiva que expressaria a emergência de uma nova hegemonia em termos de uma nova consciência coletiva das massas, superando as limitações daquelas consciências limitadas a grupos específicos ou com limites corporativos ou ainda aquelas meramente econômicas. Tal momento remete também a uma organização político-militar das massas à altura de tal transformação.

Conforme Gramsci, há um nexo lógico entre tais relações de força, de forma que integrem os planos nacional e internacional. Modificações e inovações orgânicas no interior de um Estado incidem sobre as expressões técnicas e militares destas unidades políticas no plano internacional sem um padrão único, homogêneo. Modificações no plano internacional também podem incidir sobre a luta hegemônica no interior destes Estados. Por exemplo, o entrelaçamento das questões internas sobre aquelas de cunho internacional com um formato original, difundindo-se aspectos mais avançados de um aspecto de um país em outro. Gramsci também alerta para os limites das avaliações precipitadas a partir de visões parciais baseadas em conjunturas, períodos específicos, abordagens voluntaristas ou focadas em único indivíduo ou mesmo análises economicistas que não consideram o conjunto dos aspectos tampouco todo o processo histórico. Neste diapasão, cumpre acrescentar os limites de análises politicistas e estadocêntricas que também se relacionam aos limites referidos por Gramsci.

Na medida em que a análise das relações de força é histórica, orgânica e profunda de todo um processo histórico nacional, é possível desdobrar a existência de uma trajetória de embates hegemônicos que entrelaça as relações

internas com as relações internacionais de forma a proporcionar a criação de uma situação histórica única (Gramsci, 1977, Q13, §17, p. 1578-1589).

Nacional e internacional, em termos das relações de forças envolvidas nos processos históricos de embates de projetos hegemônicos não caracterizam uma homogeneidade nos tempos de transformação e produção da vida em termos de totalidade. Há vários ritmos de tais tempos envolvidos. Tal como a história em termos de uma totalidade, a hegemonia diz respeito a várias possibilidades de análise de inúmeras dimensões da vida. As dimensões englobam desde o plano mais local até o nível internacional como uma verdadeira concepção de mundo envolvendo, classes, grupos e seus estratos. Retomando o dizer gramsciano no sentido do nexo orgânico entre nacional e internacional no tocante à hegemonia: “Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é nacional [...]. O conceito de hegemonia é aquele que se reúnem as exigências de caráter nacional” (Gramsci, 1977: Q 14, § 68, p. 1729, tradução própria).

Não sendo a hegemonia nestes dois níveis algo homogêneo e sim um processo cheio de fissuras, contradições e contratempos envolvendo os processos locais e globais, também a hegemonia não se realiza em perspectiva plena, de ruptura radical no sentido de emergir uma completa nova hegemonia na maioria das vezes. Ao contrário do que faz a maior parte da literatura dita gramsciana ou neogramsciana, não se pode tratar os projetos hegemônicos como se fossem monolíticos, coesos e de certa forma comparável às imagens dos Estados como “bolas de bilhar”.

Ainda que não se assuma explicitamente tal perspectiva na literatura em questão, as

perspectivas dualistas que norteiam as avaliações referentes à hegemonia por parte de tal literatura na forma de pares como “hegemonia e contra-hegemonia” e “hegemonia e ausência de hegemonia”⁸. A hegemonia diz respeito a todo e qualquer processo histórico e a todo e qualquer projeto envolvido em um conflito. Completo em escopo ou alcance ou não, todo e qualquer projeto é aspirante à hegemonia mesmo que não exerça tal condição no momento do conflito em questão (Dias: 2006: p. 59). Neste sentido, não faz sentido a expressão “contra-hegemonia”. Projetos hegemônicos não são opostos em si em blocos de forma dualista, como se eles fossem coesos, homogêneos, maciços e não tivessem internamente nenhuma contradição, fissura, ambiguidade ou distintas temporalidades de suas ocorrências. A manifestação da hegemonia neoliberal no mundo, a título de exemplificação, não é homogênea nem uniforme em todos os Estados e regiões do globo e menos ainda no interior das referidas unidades políticas (Morton: 2007, p. 168). A avaliação da hegemonia incide sobre questões éticas, culturais, políticas, ideológicas, linguísticas, econômicas, políticas, militares, culturais etc. e a manifestação desigual de tudo isto em contexto de totalidade histórica global. Tal como as múltiplas dimensões da vida da hegemonia em ocorrência em um todo não homogêneo e não linear da vida, também o desenvolvimento desigual e combinado partilha em certo sentido da mesma lógica. Este é o ensejo para tratar dos tempos e contratempos da hegemonia e

do próprio desenvolvimento desigual e combinado. Não há uma única temporalidade nas transformações nas dimensões da vida, ponto que incide tanto sobre a hegemonia como para o desenvolvimento desigual e combinado.

Ademais, não existe o termo “contra-hegemonia” no conjunto da obra gramsciana. Seu provável uso pioneiro e a posterior popularização são devidos provavelmente a Raymond Williams (1977). A lavra acurada de Adam Morton (2007b: pp. 95, 97, 98, 114, 132, 191, 193) coloca tal formulação sempre entre aspas justamente por conta de tal constatação. O ponto a ser considerado não é a redação de Gramsci como “escritura sagrada”. A questão a ser ponderada é de que tal tratamento da categoria de hegemonia demandaria uma justificativa metodológica a partir da já mencionada “tradução” gramsciana. Por outras palavras, em que termos se justifica tal enquadramento em termos das particularidades a serem consideradas como um todo para a categoria em tela? A literatura que se apropria de Gramsci e usa a categoria de “contra-hegemonia” não cogita tal reflexão.

Na “prisão da Ciência Política”, as Relações Internacionais só possuem uma temporalidade: aquela da “bola de bilhar”, como se todas as relações entre os Estados fossem políticas e se dessem de ponta a ponta, de porto a porto, em uma linha de raciocínio abstrata que privilegia os aspectos políticos ou que transforma os demais aspectos em epifenômenos da política. Uma simplificação muito grande que não mais corresponde ao complexo intrincamento de conflitos e dimensões da vida em diferentes velocidades que incidem sobre o plano internacional com os seus nexos orgânicos com o âmbito nacional. Em outras palavras, tudo isto em diferentes tempos e contratempos de transformação das inúmeras dimensões envolvidas.

8 Uma ausência de hegemonia (formulação não existente na obra de Gramsci) não deve ser confundida com uma crise de hegemonia (Gramsci, 1977, Q13 §23, pp. 1602-1603), processo histórico de crise em que a classe dirigente fracassa em algum grande projeto político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das massas.

Os tempos e contratempos em questão também incidem sobre as já mencionadas possibilidades de hegemonia completa e incompleta conforme a acepção gramsciana. Gramsci identifica, em termos de hipótese, as hegemonias incompletas enquanto revoluções passivas como aquelas mais frequentes nos processos históricos. No dizer de Peter Thomas (2018: p. 186), a revolução passiva seria uma “hegemonia fracassada” na medida em que o projeto burguês encontraria seus limites de classe e refutaria os ideais emancipadores que acompanharam seu ascenso.

Paradoxalmente, tais hegemonias incompletas teriam uma feição transformadora, mas também portariam uma face restauradora. Embora não passível de completa generalização, as hegemonias incompletas ocorrem, por vezes, em acordos entre velhas e novas classes dominantes que não acumularam um padrão de equilíbrio e consenso para a direção deste processo, privilegiando assim a condução do mesmo majoritariamente pela força e pelo Estado ao invés de fazê-lo por meio da sociedade civil. Também é típico deste processo a cooptação de estratos de grupos e classes subalternas e parte de suas demandas sem dar-lhes protagonismo político (Bianchi, 2006). Este “padrão histórico” de “modernização conservadora” foi hipotética e fragmentariamente sugerido por Gramsci nos cadernos carcerários como uma possível chave para articular distintos processos históricos após a Revolução Francesa nomeados como **revolução passiva**. Gramsci lança mão de alguns processos históricos como hipótese em tal chave nos cadernos carcerários sem um desenvolvimento sistemático de seu argumento: 1) o que começa com a unificação da península italiana no século XIX (*Risorgimento*), 2) a trajetória de transformação material e subjetiva

do início da hegemonia norte-americana com um conteúdo fordista no início do século XX e 3) o momento posterior ao radical jacobinismo da Revolução Francesa. Assim, Gramsci (1977, Q13, §1, p. 1560) formula a hipótese (não desenvolvida nos cadernos do cárcere) que todo o processo histórico após a fase radical do caso francês e depois de 1815 passa por um equilíbrio passivo no sistema internacional buscado pelas classes tradicionais a fim de evitar a ascensão de uma vontade coletiva popular.

No conjunto de sua obra, os processos históricos completos de hegemonia são aqueles que resultam em radicais transformações com grande participação das massas: a fase jacobina da Revolução Francesa e o início da Revolução de Outubro de 1917. Tais processos históricos envolvem tempos e contratempos na medida em que as hegemonias completas no plano nacional não são acompanhadas por congêneres completas no âmbito internacional. De forma distinta, a fase jacobina da Revolução Francesa ocorre durante a hegemonia britânica, passível de ser analisada como revolução passiva⁹, desde que tal análise contemple acuradamente sua própria historicidade de forma não anacrônica. A Revolução Russa de Outubro de 1917 ocorre simultaneamente ao início da hegemonia norte-americana, hipoteticamente sugerida por Gramsci como uma revolução passiva (Gramsci, 1977: Q22, p. 2137-2181).

Cox, seu presídio e sua paróquia da Ciência Política nas Relações Internacionais

⁹ É relevante ressaltar que Gramsci nunca cogitou ou desenvolveu tal argumento em sua obra e a intenção não é a proposição de um argumento anacrônico e sim uma hipótese em bases de uma totalidade histórica. Para uma análise que busca aproximar o caso britânico de uma revolução passiva, consultar VIANNA, 2004.

A propósito do assim chamado “terceiro debate teórico em Relações Internacionais”¹⁰ Justin Rosenberg (2016) apontou que toda as formulação e debates teóricos a partir de 1979 não passaram de uma nota de rodapé à formulação positivista de Waltz (1979). Esta buscou, em boa medida, circunscrever a teorização das Relações Internacionais a uma perspectiva estritamente política. Ela teve enorme impacto e balizou o debate teórico neste campo disciplinar desde a publicação de seu livro *Theory of International Politics*. Sintomaticamente, o cerne do argumento de Waltz remete à simplicidade que deve pautar uma teoria, composta pela estrutura (o sistema internacional) e suas unidades em pequeno número (os Estados), não resultando em um sistema teórico que reflita o conjunto das relações internacionais ou o conjunto desta realidade e sim uma teoria previsível e operacionalizável da política internacional, de forma similar, às ciências duras. Portanto, uma teoria que privilegie o pressuposto da autonomia da política, desdobrando-se no foco nas relações políticas entre os principais Estados dotados de suas respectivas capacidades militares e econômicas em distintas dinâmicas na qual o sistema internacional os constrange ao equilíbrio. Em linhas gerais, o cerne do argumento corrobora a “prisão da Ciência Política”.

A despeito da inestimável contribuição teórica de Cox para buscar romper a hegemonia das teorias mais tradicionais – por ele denominadas teorias *problem-solving* - no campo disciplinar, há que se ressaltar um relevante limite da sua perspectiva crítica. Assinala-se -

embora não seja o foco central deste texto – a título de exemplificação inicial, que a sua proposta teórica (1981) é apenas um dos exemplos da tendência apontada por Rosenberg da referida nota de rodapé à formulação de Waltz porque não rompe completamente com as teorias *problem-solving*. Conforme Cox (1981: p. 130; 2013: p. 277), a teoria crítica seria mais adequada aos períodos de maior propensão à transformação histórica enquanto as teorias *problem-solving* seriam mais adequadas aos períodos de maior estabilidade aparente, como a Guerra Fria. Segundo o autor canadense, a força de uma teoria é a fraqueza da outra.

Buscar-se-á apontar sumariamente como sua livre apropriação de Gramsci está aprisionada e situada paroquialmente em seus referenciais originários de sua carreira acadêmica, como um autor pautado em parâmetros tipicamente anglo-saxônicos.

Cox efetuou uma apropriação dualista das categorias de Gramsci, prescindindo do entendimento fundamental da unidade orgânica que permeia o nexos entre elas. Assim, ele situou como antagônicos e excludentes os pares de hegemonia e revolução passiva, prescindindo das diferentes temporalidades que envolvem as suas avaliações (Cox, 2007: p. 93). Afastando-se da formulação original de Gramsci, Cox considerou a revolução passiva como: 1) a contraparte da hegemonia, apontando um quadro de uma sociedade não-hegemônica em que nenhuma classe dominante teria conseguido atingir o caráter de *hegemon* (Cox, 1983); ou 2) uma estrutura autoritária liderada pelo Estado sem qualquer hegemonia estabelecida (Cox, 1987, p. 218). A revolução passiva seria, dessa maneira, uma base instável para um Estado, a qual substituiria uma auto-organização genuína dos próprios povos (Cox, 2007b, p. 519).

10 Conforme a periodização convencional anacronicamente na área, tal debate refere às formulações de Waltz de seu livro mais conhecido e divulgado (Waltz, 1979) e as críticas posteriores por ele recebidas.

Cox (1981, 1991) introduz pares de noções excludentes entre si – que prescindem, portanto, das suas diferentes temporalidades de manifestação - e incompatíveis, em tal forma e conteúdo, com a obra gramsciana. Por exemplo, o “Ocidente” e o “Oriente”, a “guerra de posição” e a “guerra de movimento”, o Estado e a sociedade civil e até mesmo inexistentes na mesma, como “contra-hegemonia” e “ausência de hegemonia”. Na medida em que não vê os pares gramscianos unitários organicamente, é compreensível que entenda a sociedade civil em um registro tradicional da Ciência Política, definindo-a como pertencente ao domínio das relações opostas ao Estado, focadas em perspectiva liberal de moderação, democracia e respeito aos direitos humanos. Conforme Cox (1999a: p. 12), a noção gramsciana de sociedade civil se aproximaria da congênere de Tocqueville muito mais do que a homônima de Marx. Ainda em consequência de não entender o nexos orgânico mencionado, generaliza o conceito para o plano internacional entendendo-o em termos dos movimentos sociais internacionais sem atentar para o desdobramento de que uma sociedade civil internacional implica também em um Estado internacional (Germain e Kenny, 1998). E sem, obviamente, colocar em questão como efetuar a “tradução” da categoria gramsciana de sociedade civil para o plano internacional. Linha de raciocínio semelhante se coloca quando aborda o bloco histórico como transnacional ou global (Cox, 1999a: p. 12), o que dá margem interpretativa a uma única temporalidade ou a uma homogeneidade internacional. De forma diversa, há que se ressaltar: tal categoria tem uma especificidade de aplicação ao plano nacional, como lembra Adam Morton (2007b: p. 121). Este ponto deve ser enfatizado em fun-

ção das características centrais que definem o bloco histórico¹¹.

Cox efetua um ênfase estadocêntrica da hegemonia, sem a devida ênfase nas forças sociais que proporcione uma aproximação mais coerente com o enfoque de Gramsci. Jamais aparece em sua obra a consecução de lutas e conflitos em favor de uma construção de uma nova hegemonia em prol das classes e grupos subalternos. A sua perspectiva alternativa de “contra-hegemonia” envolve coalizões de Estados e não um foco que combine elementos atinentes aos mesmos Estados e aos grupos e estratos no interior dos mesmos. Falta-lhe a riqueza do conceito de hegemonia em todas as suas amplas possibilidades enquanto noção inserida na perspectiva das relações de força¹², que poderia ser ainda mais enriquecido com a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado¹³. Tal proposição se situa em um campo propositivo limitado de mudanças no sistema internacional, sem apontar para o horizonte revolucionário vislumbrado por Gramsci.

No mais, construir uma teoria crítica juxtapondo aspectos de autores com pressupostos e fontes tão distintos remete ao argumento de um típico ecletismo em que tudo parece ser parte do mesmo problema e da mesma teoria¹⁴. Neste diapasão, Cox argumentou que um enfoque crítico é compatível com um novo realis-

11 Ver a respeito a nota de rodapé 3.

12 Para um desenvolvimento de modo aprofundado e substantivo das teses mencionadas sumariamente neste tópico, consulte-se Passos, 2013, 2014 e 2016.

13 Ressalve-se que Cox alude vagamente à expressão “desenvolvimento desigual” (sem fazer referência a Trotsky ou dar a entender que se refere à categoria do autor em questão) no tocante a uma nova divisão internacional do trabalho em apenas um de seus textos, corroborando o entendimento de que tal categoria não seja recorrente em suas análises. Ver a respeito Cox, 1999b: p. 193.

14 Ver a respeito Oliveira, 1995 e 1996.

mo (Cox, 1997: p. XVII). Afinal e à guisa de uma única exemplificação, como justificar que Carr e Gramsci sejam parte da mesma teoria crítica? O argumento geral de Cox é de que estes autores fazem uma abordagem histórica das relações internacionais (Cox, 1981).

Conforme já foi rapidamente argumentado, Carr foi fundamental para confinar as Relações Internacionais na ênfase da Ciência Política. Ele situou a política internacional na Ciência Política, faz uso de um argumento majoritariamente estadocêntrico, subsume as diversas dimensões ao conceito político de poder quando aborda o poder militar, o poder econômico e o poder sobre a opinião. Gramsci concebeu a política como um fio condutor pensando-a em termos da avaliação mais ampla da análise de relações de força em termos totalizantes e criticando as abordagens positivistas e enfatizadoras das questões políticas. Em linhas gerais, está caracterizada o aprisionamento de Gramsci aos referenciais tradicionais da formação e da origem acadêmica de Cox, que remetem à sua experiência durante vários anos na Organização Internacional do Trabalho e a posterior inserção acadêmica no Canadá abordando as organizações internacionais em veio institucionalista (Cox e Jacobson, 1974).

Algumas contribuições importantes na aplicação de Gramsci às Relações Internacionais nas chaves da revolução passiva e do desenvolvimento desigual e combinado

Contribuições significativas combinam análises de distintos processos históricos envolvendo a categoria de revolução passiva de Gramsci e de desenvolvimento desigual e com-

binado de Trotsky. Morton (2007a, 2007b e 2011) e Allinson e Anievas (2010) trazem as análises à luz das categorias em tela de processos históricos respectivamente do México e do Japão. Thomas (2015), Bieler e Morton (2021) efetuam um inventário geral das possibilidades de combinar tais noções. Segue uma pequena exposição a respeito.

Três análises de Adam Morton (2007a, 2007b e 2011) se destacam, não somente associando as categorias de Gramsci e Trotsky, mas também justificando a sua aproximação. A primeira mostra como a revolução passiva é uma chave importante para analisar a dinâmica dos conflitos internacionais em termos multiescalares. Para tal, considera o México como análise mais concreta de uma revolução passiva. Como processo histórico relacionado à categoria em pauta, Morton aponta para a crise de hegemonia do Partido Revolucionário Institucional desde os anos 70 (Morton, 2007b). O caso mexicano mostra a dinâmica das classes sociais com vistas às mudanças orientadas para o mercado numa perspectiva neoliberal, realçando a ausência de um único movimento ou uma única reprodução direta ou padrão uniforme da concretização do modelo neoliberal. A segunda análise aprofunda o inventário histórico mexicano, considerando os diferentes ritmos de transformação histórica em termos espaço-temporais expressos pelo processo que envolve a Revolução Mexicana desde o início do século XX nos conflitos envolvendo classes e suas frações (Morton, 2011). Em ambas, é possível constatar o argumento do desenvolvimento desigual e combinado. A terceira análise suscita várias questões, inclusive sobre o México, mas aqui opta-se por sublinhar pontos importantes sobre Gramsci e Trotsky. Ambos tiveram contato no IV Congresso da Interna-

cional Comunista realizado na União Soviética entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1922. Como um conjunto de argumentos importantes para nexos e diferenças entre ambos, Morton (2007a: p. 58) destaca que se elencam entre suas afinidades e ambivalências:

sua análise das táticas de “frente única” que moldaram o pensamento e a prática estratégicas durante a III Internacional Comunista; sua preocupação com a crescente burocratização da União Soviética e os limites da centralização na democratização proletária; sua opinião de que a revolução russa era *sui generis* em muitos aspectos e que a atividade revolucionária nos países ocidentais de capitalismo avançado deveria empreender um diferente conjunto de tarefas; sua forma de compreender questões de cultura e costumes da civilização, ligando o papel da literatura e da arte na revolução; e, de forma crucial, sua análise do fenômeno fascista como uma forma singular de reação capitalista [...]. Segundo Giuseppe Fiori [...], que traçou a vida de Gramsci à época do IV Congresso, “Gramsci foi um dos poucos capazes de apreender a real novidade do fascismo, o crescente perigo que ele representava, e quão certa estava a tática de defesa proposta pela Internacional”. Algo não distante do pensamento do próprio Trotski, que reconheceu que “O Partido Comunista Italiano foi incapaz de discernir os traços específicos do fascismo que nascem da mobilização da pequena-burguesia contra o proletariado. Camaradas italianos informam-me que, com a única exceção de Gramsci, o Partido Comunista sequer aceitava a possibilidade de os fascistas tomarem o poder”.

Isso ressalta três pontos para uma discussão futura: 1) a importância da compreensão do fascismo como uma forma de revolução passiva relevante para o século XX; 2) a renovada importância de se acessar as convergências e divergências entre Gramsci e Trotski quanto à questão do fascismo e sua relação com a revolução passiva e o desenvolvimento desigual e combinado e 3) a importância de se relacionar o conceito de revolução passiva a mudan-

ças contemporâneas na, e alterações da ordem mundial capitalista que podem tornar-se a matriz de novas mudanças. Tais seriam os devidos de se desenvolver demais análises da relação entre Gramsci e Trotski em correntes de teoria e prática do materialismo histórico.

O longo trecho citado contempla diversos pontos pouco explorados referentes a possibilidades aproximativas entre Gramsci e Trotski. Dentre eles, menciona-se o potencial de aproximação envolvendo a revolução passiva e o desenvolvimento desigual e combinado. Também é mencionada a potencialidade da categoria de revolução passiva para a análise de mudanças contemporâneas na ordem mundial capitalista como ponto de partida de um novo devir. Em poucas palavras, há afinidades e dissensos pouco explorados e trabalhados, bem como possibilidades analíticas promissoras envolvendo as referências de ambos, ponto que em certa medida busca ser contemplado na presente contribuição.

Por sua vez, Allinson e Anievas (2010) argumentam a respeito do processo histórico japonês desde a Revolução Meiji no século XIX como uma revolução passiva. Alguns momentos históricos levaram a tal avaliação. Há primeiramente a competição interna no arquipélago entre diferentes sociedades políticas, coletividades e estratos sociais até meados de 1600. Ocorre uma pequena centralização sob a dinastia Tokugawa com a emergência de um sistema tributário muito característico resultando em uma estagnação econômica e tecnológica. Em termos do desenvolvimento desigual e combinado e a partir daí, a particularidade insularizada e isolada depois das pressões externas das expansões imperiais e navais portuguesa e holandesa gerou um quadro bastante peculiar. As crises e transformações moleculares, combinadas as pressões

navais norte-americanas desencadearam um processo de modernização conservadora como revolução passiva envolvendo conflitos de classes e estratos desde as reformas modernizadoras da dinastia Meiji na segunda metade do século XIX, consistindo nisto sumariamente o nexos desta trajetória nacional com a expansão imperialista subsequente do Japão.

Um trabalho relevante que questiona as objeções de Gramsci a Trotsky é o de Peter Thomas (2011). Uma hipótese muito importante do autor (2011: p. 23-25) diz respeito aos textos de Trotsky que Gramsci não teve acesso. Além disso, a hipótese contempla uma avaliação sobre a forma como Gramsci elaborou duras críticas a Trotsky nos seus cadernos carcerários. Avalia boa parte da polêmica de Gramsci com Trotsky como injusta, incorreta e confusa. Conforme Thomas, Gramsci poderia ter divergências com Trotsky datadas do período em que esteve em Moscou; poderia ter se valido das caricaturas corriqueiras no movimento internacional comunista nos anos 1920 sobre o trotskismo; poderia ainda ter correlacionado as posições políticas do líder revolucionário russo e opositores de Stalin na Internacional Comunista àquelas de cunho sectário, intransigentes e ultra-esquerdistas defendidas pelo antigo líder do Partido Comunista da Itália, Amadeo Bordiga.

Elencam-se resumidamente os temas da polêmica aludida. São elas: Trotsky como defensor de uma tática partidária de ataque frontal ao Estado em momento desfavorável para tal orientação, o que levaria à derrota do movimento; a orientação da revolução permanente como dogma e aventureirismo. Este último ponto, em particular, foi objeto de crítica de Trotsky no tocante à Revolução Alemã, junto com a impaciência revolucionária da mesma. Desconhecendo as próprias críticas de Trotsky

do mesmo teor justamente à Internacional Comunista, Thomas (2015: p. 24) reitera que “as posições que Gramsci criticara eram o exato oposto daquelas que Trotsky defendia, tanto por sua concepção não-mecanicista de revolução permanente como também na integração dialética do nacional e do internacional na especificidade de uma conjuntura particular”.

Por último mas não menos importante, Bieler e Morton (2021) tecem importante e pertinente elaboração crítica à maneira como Rosenberg manuseia a categoria de desenvolvimento desigual e combinado, além de desenvolver argumento importante sobre a potencialidade de combinar esta noção com a perspectiva da revolução passiva.

Em primeiro lugar, os autores entendem que Rosenberg busca substituir a centralidade da anarquia proposta por Waltz e toda as teorias tradicionais das Relações Internacionais pela categoria de desenvolvimento desigual e combinado. Tal operação consistiria numa perspectiva transistórica na medida em que situaria o desenvolvimento desigual e combinado fora das especificidades histórico-espaciais nas quais a categoria faria sentido para a análise do capitalismo, buscando substituir uma prisão teórico-metodológico-conceitual por outra.

Nesta linha, como contribuição deste texto para reforçar este último argumento de Bieler e Morton, acrescenta-se: o desenvolvimento desigual e combinado se insere e se relaciona na perspectiva mais ampla de totalidade marxiana, que não deve ser confundida com multiplicidade ou mesmo uma interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade que possa romper a prisão da Ciência Política. Sob a ótica da totalidade, as Relações Internacionais e qualquer outro campo disciplinar seriam meras convenções metodológicas ou didáticas para a consecução da totalidade.

Em segundo lugar, retomando o argumento de Bieler e Morton (2021), os horizontes de Trotsky com o desenvolvimento desigual e combinado podem ser continuados e desenvolvidos com o aporte da categoria gramsciana de revolução passiva. A hipótese sugerida por Gramsci a respeito da dinâmica dos processos históricos sob a luz de tal categoria permitiria entendê-los tanto na dinâmica interna quanto internacional no tocante à dinâmica das classes estatais e subalternas no processo histórico do sistema de Estados, funcionando como “um campo lateral de causalidade para a condição estruturante do desenvolvimento desigual e combinado” (Bieler e Morton: 2021, p. 61).

Considerações finais

Apresentar uma leitura gramsciana para as Relações Internacionais que busque um viés mais holista e liberto da paróquia prisional da Ciência Política é um dever que demanda muitos pontos de avanço teórico e analítico ainda não disponíveis em termos sistemáticos de uma literatura significativa. Tal vicissitude solicita uma atenção com os pontos não sistemáticos legados por Gramsci, não tomando-o como um profeta ou elaborador de escrituras sagradas. O cerne da questão é traduzir suas formulações para as especificidades a serem analisadas em termos de um todo teórico-prático não só para o diagnóstico, mas também para a intervenção em vista de uma nova hegemonia. Desta forma e mesmo em termos de sua fragmentária e incompleta obra, o todo não pode ser perdido de vista em termos dos elementos por ele legados para buscar um conjunto teórico-prático, mesmo que haja lacunas a serem desenvolvidas.

A elucidação do nexos orgânico entre teoria e prática referente a Gramsci de forma mais

aprofundada, levando em conta o conjunto de sua obra e vida, é uma pista importante para avançar nesta interpretação aqui sustentada. Até porque a maioria absoluta das elaborações sobre a revolução passiva – como aquelas do próprio Gramsci – não resultaram em uma interpretação e argumentação exaustiva sobre o nexos entre a categoria e a processo histórico em pauta. Guardando as devidas especificidades, o mesmo pode ser dito sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Portanto, o desafio de continuar tal elaboração está colocado.

Ainda assim, consideram-se ambas as categorias como portadora de grande potencial analítico para desenvolver o nexos orgânico entre o âmbito nacional e o plano internacional.

Referências Bibliográficas

- ALLINSON, Jamie C.; ANIEVAS, Alexander. The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity. *Capital & Class*, v. 34, n. 3, p. 469-490, 2010.
- BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o futuro do pretérito. *Crítica Marxista*, v. 23, 2006, p. 34-57.
- BIANCHI, Alvaro. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam. Interloquções com a revolução passiva. *Revista Novos Rumos*, v. 58, n. 1, p. 61-77, 2021.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**, Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- COSPITO, Giuseppe. **The rhythm of thought in Gramsci: A diachronic interpretation of Prison Notebooks**. Danvers: Brill, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, Robert W. Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of international studies*, v. 25, n. 1, p. 3-28, 1999a.
- COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. *Millennium*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- COX, Robert W. **Production, Power and World Order – Social Forces in the Making of History**, New York: Columbia University, 1987.

- COX, Robert W. Book review: Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global political economy by David Morton. **Capital & Class**, v. 93, p. 258-261, 2007a.
- COX, Robert W. 'The International' in evolution. **Millenium**, v. 35, n. 3, p. 517-527, 2007b.
- COX, Robert W. Realism, positivism, and historicism. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. (org.) **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999a, p. 49-59.
- COX, Robert W. The global political economy and social choice. In: COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy J. (org.). **Approaches to world order**, New York: Cambridge University, 1999b, p. 191-208.
- COX, Robert W. (org.) **The new realism – Perspectives on Multilateralism and World Order**, New York: United Nations University, 1997.
- COX, Robert W. **Universal foreigner: the individual and the world**, New Jersey: World Scientific, 2013.
- COX, Robert W.; JACOBSON, Harold K. (org.) **The anatomy of influence**, New Haven: Yale University, 1974.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**, São Paulo: Sundermann, 2006.
- GALASTRI, Leandro. **Gramsci, Marxismo e Revisionismo**, Campinas: Autores Associados, 2015.
- GERMAIN, Randall. D.; KENNY, Michael. Engaging Gramsci: international relations theory and the new Gramscians. **Review of International Studies**, v. 24, n. 1, p. 3-21, 1998.
- GILL, Stephen. **American hegemony and the trilateral commission**, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal Carcere**, Torino: Einaudi, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**, Torino: Einaudi, 1977.
- MARIUTTI, Eduardo. **Política Internacional, relações internacionais e economia política internacional**, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2013.
- MASELLA, Luigi. Mezzogiorno e fascismo. **Studi Storici**, v. 20, n. 4, p. 779-798, 1979.
- FRANCIONI, Gianni. **L'Officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"**, Nápoli: Bibliopolis, 1984.
- MORTON, Adam. A Geopolítica do Sistema de Estados e o Capitalismo Global em Questão. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, nov. 2007a, p. 45-62.
- MORTON, Adam. **Unravelling Gramsci – Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**, London: Pluto, 2007b.
- MORTON, Adam. **Revolution and State in Modern Mexico**, Lantham: Rowman & Littlefield, 2011.
- OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. **Revista USP**, Março/Abril/Maio 1996, n. 29, p. 82-85.
- OLIVEIRA FILHO, José Jeremias de. Patologia e regras metodológicas. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, 1995, p. 263-268.
- PASSOS, Rodrigo D. F. Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais. **Revista Novos Rumos**, v. 50, p. 1-19, 2013.
- PASSOS, Rodrigo D. F. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; VIEIRA, Noemia Ramos; SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção (org.). **Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2014, p. 93-112.
- PASSOS, Rodrigo D. F. **Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência?** Marília: Relatório Final de Pesquisa de Pós-Doutorado desenvolvida junto ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2016.
- PASSOS, Rodrigo D. F. Robert W. Gramsci e as Relações Internacionais na prisão da Ciência Política. In: **VII Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo - Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo 'A Transição como Atualidade Histórica'**, 2017. Marília; São Paulo: Unesp, Boitempo, 2017. p. 1-10.
- PASSOS, Rodrigo D. F. Tempos e contratempos da hegemonia nos planos nacional e internacional - Uma análise fora da "prisão da Ciência Política". In: IX Colóquio Internacional Marx Engels, 2018. **Anais IX Colóquio Internacional Marx Engels**. Campinas: CEMARX - Centro de Estudos Marxistas da Unicamp, 2018. v. 1. p. 1-9. Disponível em: <https://anais9coloquiomarxengels.files.wordpress.com/2018/07/tempos-e-contratempos-da-hegemonia-nos-planos-nacional-e-internacional-uma-anc3a1lise-fora-da-prisc3a3o-da-cic3aan-cia-polc3adtica-rodrigo-duarte-fernandes-dos-passos-unesp.pdf>. Acesso em 04 jan 2018.
- ROSENBERG, Justin. International relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.
- ROSENBERG, Justin. Isaac Deutscher and the lost history of international relations. **New Left Review**, n. 215, p. 3-14, 1996.
- ROSSI, Mario G. Movimento cattolico e capitale finanziario: appunti sulla genesi del blocco clerico-moderato. **Studi storici**, v. 13, n. 2, p. 249-288, 1972.
- RUPERT, Mark. **Producing hegemony: The politics of mass production and American global power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- THOMAS, Peter. A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da revolução. **Revista Outubro**, n. 25, p. 6-34, 2015.
- THOMAS, Peter. "A virada de Moscou": o diálogo entre Gramsci e os bolcheviques (1922 e 1923). **Revista Outubro**, n. 30, maio de 2018, p. 174-189.
- TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Revan, 1977.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**, Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**, Oxford: Oxford University, 1977.